

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 11

Data: 12/09/80

Pg.: _____

Ponte destruída pelo delegado evita conflito

Do correspondente e da sucursal

A causa imediata do conflito entre 285 índios tembé, dois mil posseiros e um fazendeiro, que quase leva a um choque armado na semana passada, foi eliminada anteontem, pelo delegado regional da Funai, Paulo César da Silva Abreu: ele próprio destruiu a ponte construída pelo fazendeiro Mejer Kabacznick dentro da reserva indígena do alto Guamá, 400 mil hectares de terras situadas na divisa do Pará com o Maranhão, através da qual vinha sendo feita a invasão do território indígena.

Ontem, em Belém, o delegado admitiu que seu ato constituiu uma infração, pois o uso da ponte está sub judice, e que, por isso, o fazendeiro, que ocupa cinco mil hectares no interior da reserva, poderá processá-lo criminalmente. "Eu não sou irresponsável e nem insensato, mas não poderia ficar insensível ao problema. Ou deixava a situação como estava, com a possibilidade de uma luta armada e mortes, ou derrubava a ponte, mesmo contrariando as normas. Optei pela segunda alternativa", disse Paulo César.

O delegado disse que ainda não esqueceu as cenas que viu na semana passada na área dos índios gorotire, onde foram mortas 20 pessoas. "Tenho quatro filhos e não gostaria que aquilo se repetisse. Se não tomasse uma atitude enérgica, o mesmo poderia ocorrer na área dos tembé", explicou.

Reconstituindo os incidentes da semana passada, Paulo César Abreu disse que os índios haviam decidido destruir a ponte "porque é por ela que

se processa a invasão da reserva". A ponte, com 30 metros de extensão, foi construída em 1975 pelo fazendeiro Mejer Kabacznick, que possui uma propriedade originalmente situada após a reserva dos tembé, mas que aos poucos foi penetrando na terra dos índios. A Funai embargou a construção da estrada, porém depois fez um acordo com o fazendeiro, que recorreu a políticos influentes e advogados de Brasília. Ele foi autorizado pela Funai a usar a ponte, desde que impedisse a invasão da reserva, protegesse e auxiliasse os índios, o que nunca fez.

Ao contrário, passou a estimular a invasão, a fim de proteger-se dos índios e criar uma situação de fato dentro da reserva. Só no ano passado a Funai denunciou o acordo e entrou com suas ações na Justiça Federal, pedindo a reintegração na posse da área e a interdição da estrada e da ponte. Ambos os processos ainda estão pendentes de julgamento.

Os índios fizeram vários apelos à Funai, que, após constituir um grupo de trabalho com o Incra, em 1978, prometeu retirar os invasores. Mas em julho deste ano venceu o último prazo, o quarto, e a área continuou ocupada. Os tembé decidiram então derrubar a ponte, o que não conseguiram realizar inteiramente, embora tivessem tentado serrá-la e depois incendiá-la.

Ao chegar à área na quarta-feira, o delegado da Funai tentou obstruir a passagem pela ponte, mas empregados do fazendeiro a estavam reconstruindo. "Não me restou outra alternativa senão destruí-la para evitar novo derramamento de sangue", disse o delegado.